

Estamos de volta com a versão impressa! Adotamos a distribuição do boletim Jornada de forma digital por causa da pandemia do coronavírus. Mas, como aos poucos as nossas atividades estão voltando, chegou a hora de retornarmos também ao nosso formato original, que é estar na palma da sua mão!

## Tem dúvidas sobre a qualidade da água? **A gente esclarece!**



Você sabia que o rio Doce possui um dos maiores sistemas de monitoramento de cursos d'água do Brasil? Ele gera dados que são compartilhados com o público por meio do Portal Monitoramento Rio Doce. Os resultados desse monitoramento indicam que **a bacia está se recuperando após o rompimento**. Além disso, de acordo com a classificação do **Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)**, a água do rio Doce atualmente é considerada como classe 2. Isso significa que **a água pode ser consumida após passar por tratamento**, que é feito nas Estações de Tratamento de Água (ETAs) dos municípios. Por lei, a água só pode ser distribuída à população se atender a critérios de qualidade. Veja o que diz a legislação brasileira:



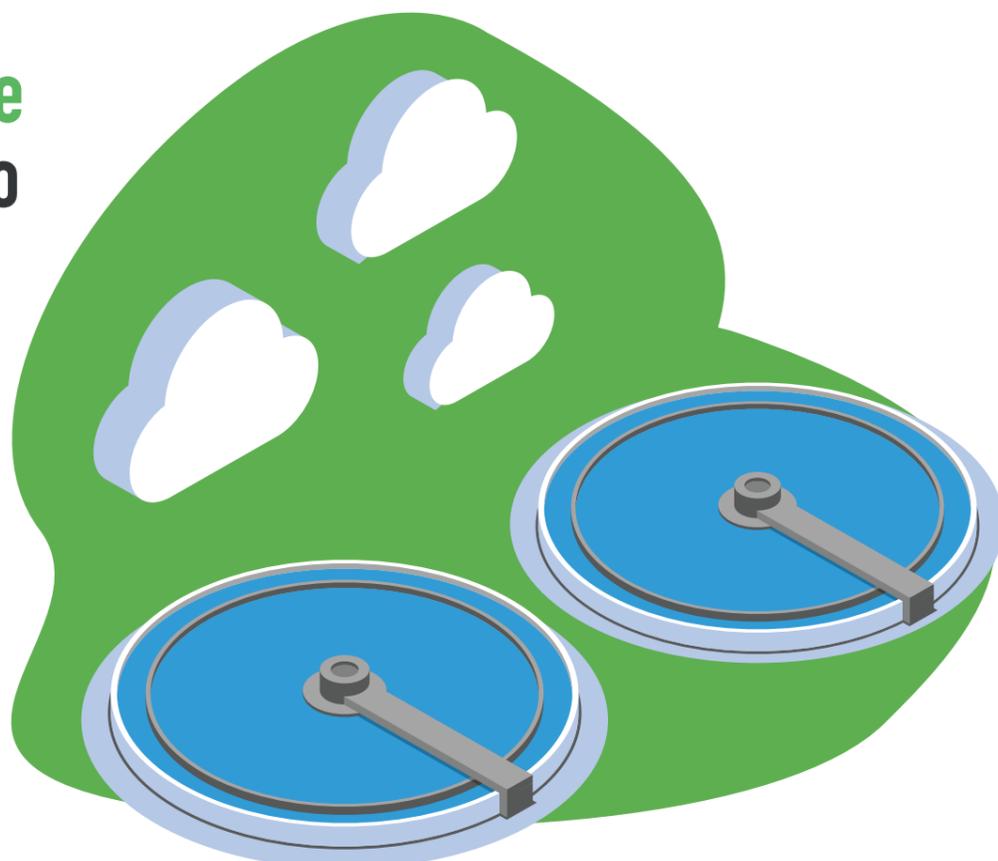
- **Resolução nº 357, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA):** Determina que as águas enquadradas como Classe 2 podem ser destinadas ao abastecimento humano após tratamento convencional nas Estações de Tratamento de Água (ETAs).



- **Portaria nº 888/2021 do Ministério da Saúde:** Estabelece procedimentos de controle da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, que são valores de referência para determinar se a água pode ser utilizada para consumo ou não.

## Sabendo disso, vamos **entender o que é feito** em uma Estação de Tratamento de Água

A Estação de Tratamento de Água, ou simplesmente ETA, é o local onde se realiza a purificação da água captada de alguma fonte para torná-la própria para o consumo e abastecer a população. Antes de ser distribuída, a água passa por processos de tratamento com diversas etapas. Esses processos podem ser físicos e químicos, fazendo com que a água esteja dentro dos padrões exigidos, conforme mencionamos acima. Todo o tratamento da água é feito na ETA do seu município.



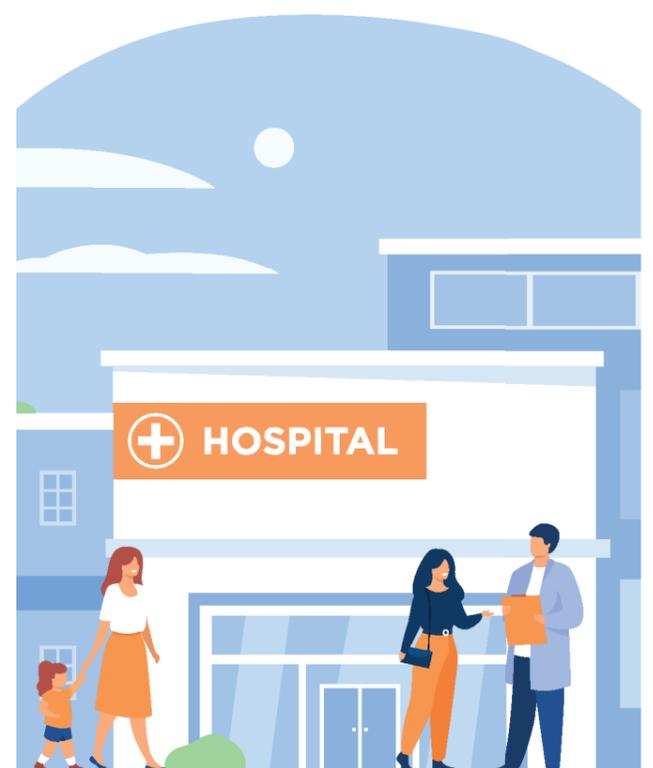
## E por falar em água, você sabia que o **rejeito** da barragem de Fundão **não é tóxico?**

É verdade. O rejeito não é tóxico. Os metais pesados que podem trazer problemas de saúde não estão ligados ao rejeito. Na verdade, ele é o resultado da lavagem de rochas e tem em sua composição o que existe no próprio solo, como ferro, manganês, alumínio e areia (sílica), além de água e alguns aditivos semelhantes aos usados em produtos de limpeza doméstica. Ele foi caracterizado como não perigoso em todas as amostras coletadas, segundo critérios da Norma Brasileira de Classificação de Resíduos Sólidos.

## R\$150 milhões em **investimentos** para a saúde

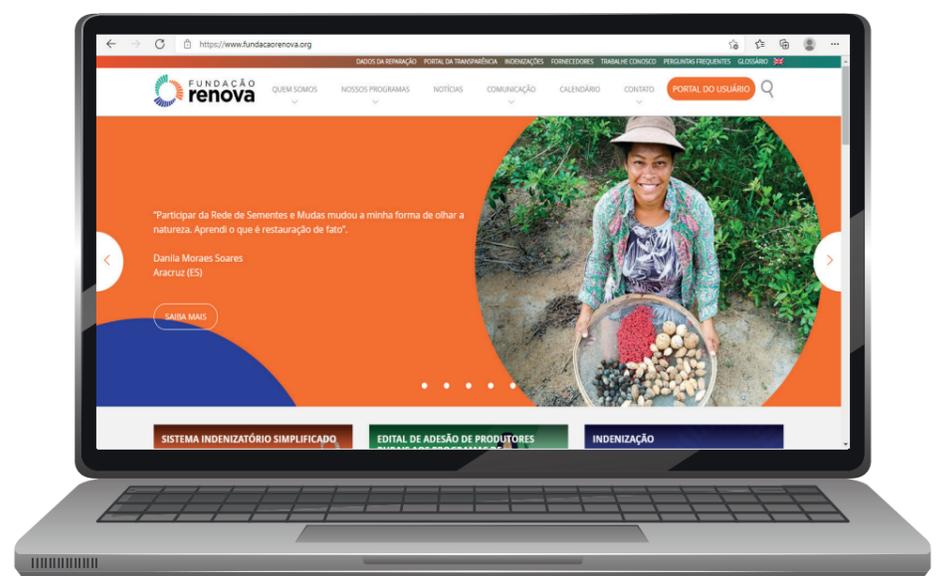
Os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e 36 municípios mineiros vão receber cerca de R\$ 150 milhões em recursos compensatórios para serem empregados exclusivamente na área de saúde. No Espírito Santo, **R\$ 60 milhões serão investidos para a construção de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) em Linhares e Colatina, de um Hospital de Pequeno Porte em Baixo Guandu** e para a aquisição de 45 ambulâncias e equipamentos hospitalares. Já para Minas Gerais serão repassados R\$ 82,2 milhões, que irão para o

Hospital de Governador Valadares e para a implantação do SAMU Leste do Sul, que atenderá 53 municípios. Além disso, 36 cidades mineiras também receberão um total de R\$ 7,2 milhões para o fortalecimento do sistema público de saúde, sendo R\$ 200 mil para cada localidade. Na nossa região, **Resplendor, Itueta e Aimorés receberão o valor**, que poderá ser utilizado para a aquisição de medicamentos e produtos hospitalares, contratação de médicos e enfermeiros, aquisição de ambulâncias, equipamentos médicos etc.



## Sistema Indenizatório Simplificado: **Prazo de adesão ampliado**

O prazo para aderir ao Sistema Indenizatório Simplificado foi prorrogado e vai até o dia 30 de abril de 2022 para todos os municípios impactados na bacia do rio Doce. A nova data-limite foi estabelecida pela Justiça. De acordo com a sentença, para fazer o requerimento é necessário atender alguns critérios como, por exemplo, ter um advogado ou defensor público, pois somente eles têm acesso à plataforma disponibilizada no nosso site ([www.fundacaorenova.org](http://www.fundacaorenova.org)), e comprovar ser maior de 16 anos na data do rompimento.



Outra decisão recente da Justiça foi sobre os novos pedidos de cadastro junto à Fundação, que poderão ser feitos até o dia **31 de dezembro de 2021**. As novas solicitações não valem para a adesão ao Sistema Indenizatório Simplificado, que segue com data limite de 30 de abril de 2020. Os novos pedidos se destinam, exclusivamente, para atendimento no Programa de Indenização Mediada (PIM), voltado para pessoas que conseguem comprovar o exercício das suas atividades econômicas. Sobre o dano água, as pessoas que já receberam indenização com quitação definitiva ou que receberam indenização por este dano não serão atendidas.

# Selecionada instituição do Edital de Proteção Social

A FA.VELA foi a instituição selecionada pelo do Edital de Proteção Social para dar apoio às famílias vulneráveis atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão no território do Baixo Rio Doce. O *Edital de Proteção Social* faz parte do *Plano de Reparação em Proteção Social*, previsto no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). Conversamos com a especialista, Maria Albanita, que explicou as ações.



**Maria Albanita,  
Fundação Renova**

## • Que tipos de atividades serão desenvolvidas pela instituição selecionada pelo Edital de Proteção Social?

1

*R: Atendimento individual das famílias, visitas domiciliares, oficinas coletivas, como, por exemplo, oficinas para mulheres, gestantes, jovens, assuntos voltados à arte, cultura e tecnologias. Também vamos trabalhar oficinas relativas à cozinha econômica, cartas da 3ª idade e outros temas que as comunidades apontarem como sendo do seu interesse. Essas e outras atividades serão desenvolvidas durante dois anos nas comunidades.*

## • Como as pessoas ou famílias terão acesso a essas atividades?

2

*R: A entidade selecionada fará a divulgação e mobilização dentro das comunidades. Esse trabalho vai ser feito em parceria com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) dos municípios. Todas as atividades vão acontecer dentro das comunidades impactadas e qualquer pessoa vulnerável dentro da comunidade impactada poderá participar.*

## • Os municípios precisam autorizar o desenvolvimento dessas atividades nas comunidades?

3

*R: Sim. Os municípios atingidos recebem da Fundação Renova a proposta para adesão ao Plano de Reparação em Proteção Social, que pode ser feita por duas formas: através de repasses de recursos feitos diretamente ao município, por meio da assinatura de um Termo de Cooperação Técnica, para incremento dos serviços prestados pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); ou por meio de edital, com a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica, onde os recursos são repassados à instituições ligadas à rede de proteção social, para desenvolverem atividades de apoio aos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), fortalecendo a rede socioassistencial do município.*

## • Aqui no território Baixo Rio Doce, quais os municípios serão atendidos pelo Plano de Reparação Social?

4

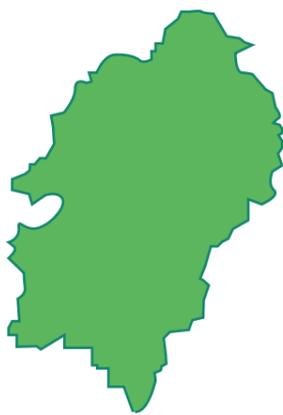
*R: Itueta (MG) aderiu ao Plano de Reparação em Proteção Social com a assinatura do Termo de Cooperação Técnica e, com isto, as ações serão executadas com o CRAS municipal. Colatina, Baixo Guandu e Marilândia, no ES, aceitaram o Plano de Reparação por meio de um Acordo de Cooperação, sendo as atividades executadas pela entidade selecionada no edital. O município de Marilândia, como possui menos de 50 famílias vulneráveis cadastradas, receberá ações diretas do Plano de Reparação, ou seja, com o acompanhamento direto das pessoas e capacitação dos profissionais do município para atendimento às famílias. Resplendor e Aimorés (MG), por enquanto, não assinaram o Plano de Reparação.*

## • Em caso de dúvidas sobre o que está sendo feito, quem procurar?

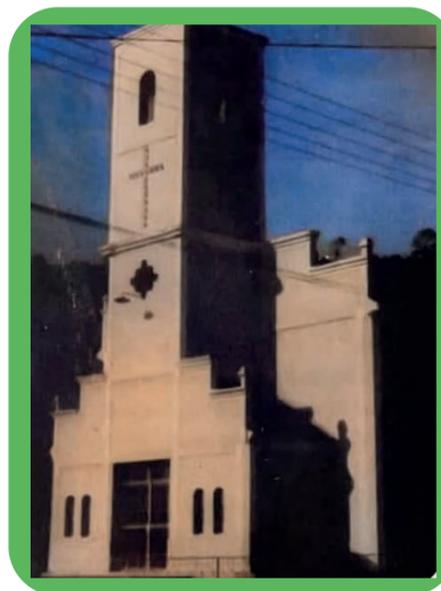
5

*R: Neste primeiro momento, as perguntas podem ser enviadas para o Programa de Proteção Social através da equipe do Diálogo. Depois, a entidade selecionada vai se instalar em um local fixo para as atividades e divulgaremos os contatos. Além disso, o acompanhamento de todas as atividades poderá ser feito através do Comitê de Acompanhamento das Ações do Plano de Proteção Social (COMAPPs), formado em cada município que aderiu ao Plano.*

# Casa de Vó: projeto resgata história aimoreense



A história da comunidade de Aimorés segue mais viva do que nunca. E isso se deve em grande parte ao projeto Casa de Vó – Resgate Cultural Aimoreense, que há mais de dois anos vem eternizando o relato dos moradores locais. Em 2019, a entidade coordenada por Luan Rodrigues da Silva participou do Edital Doce e foi selecionada para receber apoio financeiro da Fundação Renova. Até o momento, 120 entrevistas foram realizadas, e a meta da entidade é encerrar o ano com 150 conversas gravadas com moradores locais. Algumas das histórias são postadas no canal do Youtube da Casa de Vó, além de diversas fotos e cortes de entrevistas encontradas nas redes sociais do projeto.



[www.instagram.com/casadevoaimores/](http://www.instagram.com/casadevoaimores/)



[www.facebook.com/casadevoaimores](http://www.facebook.com/casadevoaimores)



[www.youtube.com/CasadeVoAimores](http://www.youtube.com/CasadeVoAimores)

## Incentivo à leitura: projeto vai revitalizar bibliotecas

O Projeto de Incentivo à Leitura vai contribuir com a modernização das bibliotecas públicas nos municípios impactados pelo rompimento da barragem de Fundão (MG). Cada cidade participante terá até R\$ 200 mil para montar seu plano de revitalização, que inclui um cardápio de opções de itens para o espaço, como aquisição de livros, mobiliário, equipamentos, infraestrutura e acessibilidade. Na nossa região, cinco bibliotecas estão participando do projeto:

- Biblioteca Pública Municipal Nilva Therezinha Mattedi (Baixo Guandu)
- Biblioteca Pública Thelmo Motta Costa (Colatina)
- Biblioteca Pública Municipal (Marilândia)
- Biblioteca Pública Municipal Ler é Preciso (Aimorés)
- Biblioteca Pública Municipal Theodomiro Magnago (Itueta)



### Fale com a gente

 0800 031 2303

 [fundacaorenova.org/fale-conosco](http://fundacaorenova.org/fale-conosco)

### Ouvidoria

 0800 721 0717

 [ouvidoria@fundacaorenova.org](mailto:ouvidoria@fundacaorenova.org)

Versão acessível



 FUNDAÇÃO  
**renova**